



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DESAFIOS PARA AVALIAR OS EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIAS¹

EVALUATION OF LEARNING AND TEACHER TRAINING: CHALLENGES IN ASSESSING STUDENTS WITH DISABILITIES

Patrícia da Silva Souza²

Rita de Fátima da Silva³

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar a importância da avaliação para aprendizagem de educandos com deficiência e buscou identificar, ainda, formas e instrumentos para as avaliações tendo como princípio norteador o Desenho Universal de Aprendizagem. A metodologia adotada para este estudo foi de pesquisa bibliográfica, com revisão sistemática da literatura. Os “sujeitos” de nossa pesquisa foram artigos, trabalho de conclusão de curso e dissertação, resgatados por meio das bases de dados Google Acadêmico, CTDCAPES e Scielo. Foram utilizados os *strings* de busca: Avaliação para as aprendizagens e alunos com deficiência; "Pessoa com deficiência e Educação Inclusiva; Avaliação da aprendizagem and Pessoa com deficiência, cujo fenômeno estudado fosse a avaliação voltada para o público da Educação Especial. Ainda, foi analisada a legislação que orienta sobre os processos de avaliação voltados para estudantes com deficiência. As proposições de avaliações foram analisadas tendo como aporte teórico principal as proposições do Desenho Universal de Aprendizagem. Conclui-se que promover a inclusão no processo avaliativo exige um esforço conjunto de todos os atores educacionais, desde o cumprimento efetivo dos dispositivos legais até a transformação das práticas pedagógicas e avaliativas. A avaliação inclusiva não deve ser vista apenas como um requisito legal, mas como uma ferramenta para potencializar o aprendizado e a dignidade de cada aluno, independentemente de suas características e condições.

¹Trabalho Final de Curso de Especialização em Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas na Inclusão na Diversidade Cultural da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus Aquidauana, sob a Orientação da Prof^a. Dra.: Rita de Fátima da Silva.

²Licenciada em Letras com Habilitação em Língua Inglesa pela União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME), licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Especialista em Coordenação e Supervisão Pedagógica (ESTÁCIO). Participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação para Aprendizagem (UFBA). E-mail: patyshalom@hotmail.com. Discente no Curso de Especialização em Alfabetização e Letramento e Educação Especial, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- Câmpus de Aquidauana.

³Professora na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- Câmpus de Aquidauana. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Acessibilidade-GEPA e do Laboratório de Ações Docentes Inclusivas-LABAC, rita.fatima@ufms.br.



Palavras-chaves: Avaliação da aprendizagem: Educação Especial: Desenho Universal.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the importance of assessment for the learning of students with disabilities and also sought to identify forms and instruments for assessments, having as a guiding principle the Universal Design of Learning. The methodology adopted for this study was bibliographic research, with a systematic review of the literature. The “subjects” of our research were articles, course completion papers and dissertations, retrieved through the Google Scholar, CTDCAPES and Scielo databases. The search strings used were: Assessment for learning and students with disabilities; "Persons with disabilities and Inclusive Education; Assessment of learning and Persons with disabilities, whose phenomenon studied was the assessment aimed at the Special Education public. Furthermore, the legislation that guides the assessment processes aimed at students with disabilities was analyzed. The assessment proposals were analyzed having as their main theoretical contribution the propositions of Universal Design for Learning. It is concluded that promoting inclusion in the assessment process requires a joint effort of all educational actors, from the effective compliance with legal provisions to the transformation of pedagogical and assessment practices. Inclusive assessment should not be seen only as a legal requirement, but as a tool to enhance the learning and dignity of each student, regardless of their characteristics and conditions.

Keywords: Assessment of learning: Special Education: Universal Design.

1 INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem é uma área fundamental no contexto educacional, pois proporciona insights sobre o desenvolvimento dos alunos e orienta o processo de ensino e aprendizagem. No ambiente escolar percebe-se que embora a avaliação seja um tema bastante discutido ainda existe muita resistência dos docentes em aplicar as suas práticas cotidianas avaliações inclusivas e que não estejam voltadas somente para avaliar o aluno, mas todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Conforme os estudiosos Cipriano Luckesi, Jussara Hoffman e Benigna Villas Boas, a avaliação deve ser compreendida como uma prática contínua e formativa, voltada para o crescimento e aprimoramento do aluno. De acordo com Hoffmann (2009, p.15), “[...]as pesquisas realizadas com docentes mostram que eles entendem avaliar e educar como processos diferentes”. Assim, ao analisar tal equívoco, compreende-se que a concepção de avaliar adotada nesse contexto é fragmentada e não está vinculada ao ato de educar, pois educar e avaliar são processos indissociáveis. Todavia, é preciso questionar a qual concepção de avaliação está associado o entendimento de separação entre educar e avaliar, pois ao entender a avaliação como acompanhamento, processo e que deve ocorrer cotidianamente no espaço escolar é um equívoco separar um dado período para educar e outro para



avaliar.

Dessa forma, os docentes precisam definir quais são as intenções do ensino, quais objetivos devem ser alcançados, o que os educandos aprenderão e definir conteúdos e métodos que serão utilizados. Então, concebe-se que aprender avaliar não é algo fácil e requer diligências individuais e coletivas de todos os sujeitos envolvidos no processo, já que envolve diálogo, compreensão, empatia, mediação e colaboração.

É inegável que a avaliação é um tema bastante discutido não só na educação básica, mas também no ensino superior. No entanto, é interessante salientar que embora o tema seja sempre estudado e discutido muitos docentes ainda possuem dificuldades quando a questão é avaliar, a finalidade da avaliação e por que avaliar?

Segundo Hoffmann (2009, p.15), “[...]a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento e reflexão sobre a ação”. Logo é imprescindível que as práticas avaliativas realizadas pelos docentes estejam sempre acompanhadas de análise, investigação e pesquisa constantes e podem ser desenvolvidas de forma colaborativa e compartilhada.

Alguns aspectos devem ser levados em consideração quando analisamos por qual motivo apesar da disponibilidade de tantos estudos sobre avaliação da aprendizagem algumas escolas brasileiras ainda entendem o ato de avaliar como aplicar prova e atribuição de notas. Por isso, é imprescindível que os professores mesmo em formação aprendam sobre avaliação da aprendizagem, pois sabe-se que avaliação é um tema complexo e precisa ser estudado e pesquisado sempre.

De acordo com Villas Boas (1998, p.21), “as práticas avaliativas podem, pois, servir à manutenção ou à transformação social”, desta forma a avaliação da aprendizagem não pode ser realizada fora do contexto social e da prática pedagógica em que os atores do processo estão envolvidos e pode-se afirmar também que a maneira de avaliar está diretamente ligada a concepção de educação e da função social adotadas pela escola.

Na visão de Hoffmann,

A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educador, na sua trajetória de construção na qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação. (HOFFMANN, 2009, p.17)

Depreende-se, que a avaliação é um processo contínuo o qual exige esforço, reflexão e



contribui para a escola e os docentes desenvolverem atividades avaliativas que visam estimular a aprendizagem dos educandos. Desta forma, é necessário refletir e agir para que discurso e prática estejam alinhados, uma vez que não faz sentido saber o que deve ser feito na teoria e não colocar em prática. Assim, os atores escolares precisam analisar o que necessita ser melhorado e trabalhar em conjunto na busca por resultados satisfatórios no que se refere a aprendizagem tanto dos estudantes quanto dos professores.

Desse modo, é indispensável mudanças efetivas, para desconstruir os equívocos relacionados a avaliar, finalidade de avaliar e instrumentos de avaliação. Assim, ao obter clareza e compreender que a avaliação não pode ser feita isoladamente, fora da prática social e pedagógica de todos os envolvidos no processo amplia-se as possibilidades de aprendizagem e construção de saberes, logo precisa-se refletir sobre a práxis e o que significa avaliar.

Nesse sentido, Vasconcellos, pontua

A avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. (VASCONCELLOS, 1994, p. 43)

Desta forma, entende-se o ato de avaliar como um caminho em que a análise e ação são indispensáveis para o avanço e o desenvolvimento de todos. Observa-se ainda a importância do trabalho coletivo entre os coordenadores pedagógicos, docentes, estudantes e familiares, pois ao trabalhar em grupo em busca de qualidade e melhoria todos constroem novos caminhos para aprendizagem.

Segundo Vilas Boas (2001, p.3), “a avaliação pode cumprir duas funções principais: classificar os discentes ou promover a aprendizagem deles”. De acordo com a autora, a seleção dos discentes é um dos fatores que contribuem para o insucesso dos alunos, professores e da escola, essa prática está tão enraizada na cultura escolar que é preciso um esforço muito enorme para libertar-se dela. Desse modo, é essencial o compromisso de todos os trabalhadores da escola com o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, é indispensável perceber que a avaliação não é um instrumento usado para medir resultados não alcançados ou uma forma de punição para os discentes os quais serão penalizados porque não conseguiram determinada nota, já que de acordo com essa concepção a culpa é do aluno que não aprendeu, mas todos possuem a capacidade de aprender, ainda que em ritmo diferenciado.

O objetivo geral da pesquisa foi refletir sobre os processos e metodologias adotados por professor/as junto ao público escolar da Educação Especial e teve como objetivos específicos: Identificar os dispositivos legais que orientam os processos avaliativos no interior da escola,



mapeando as concepções de avaliação e aluno/a com deficiência; identificar as concepções de avaliação da aprendizagem e de aluno/a com deficiência adotadas pelos docentes voltadas ao público escolar da Educação Especial, presente nas teses e dissertações defendidas na Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Federal Da Bahia e Universidade Federal do Espírito Santo; levantar por meio das teses, dissertações e artigos selecionadas para o estudo, os desafios enfrentados por professores/as no tocante a avaliação de educandos público alvo da Educação Especial; refletir sobre tipos e estratégias de avaliação voltadas ao público da Educação Especial, apresentadas nas teses, artigos e dissertações selecionadas para estes estudos; conhecer as proposições do Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) para a avaliação de educandos/as público da Educação Especial; Traçar um paralelo reflexivo entre os dispositivos legais que orientam os processos avaliativos no interior da escola, no tocante as concepções de avaliação e aluno/a com deficiência e as concepções de avaliação da aprendizagem e de aluno/a com deficiência adotadas pelos docentes voltadas ao público escolar da Educação Especial.

Assim, por meio do problema de pesquisa pretendo responder as seguintes perguntas: de que forma a legislação vigente pode contribuir para uma avaliação inclusiva dos estudantes com deficiência? É possível alinhar o que está descrito na legislação nos momentos de avaliar na sala de aula? Como capacitar os professores por meio da educação continuada para aprenderem a lidar e avaliar os estudantes com deficiência?

Importante enfatizar que este estudo se constitui a partir da minha experiência como professora da rede pública de ensino municipal no estado da Bahia e das conversas com os demais professores sobre a dificuldade para avaliar os alunos com deficiências. Não há incentivo ou formação prévia dos docentes por meio da Secretaria de Educação do município. Assim, este trabalho justifica-se, pois a avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência é uma questão de extrema importância tanto do ponto de vista científico quanto do ponto de vista social. Esta justificativa delinea os principais motivos pelos quais um estudo nessa área é essencial e como pode contribuir para o avanço do conhecimento e para a promoção da inclusão social.

Enquanto a avaliação tradicional frequentemente se baseia em métricas padronizadas que podem não capturar adequadamente o potencial e as necessidades individuais desses alunos, há uma necessidade premente de desenvolver abordagens mais sensíveis e inclusivas que considerem uma variedade de habilidades, estilos de aprendizagem e contextos educacionais. Portanto, investigações científicas nessa área são fundamentais para desenvolver instrumentos de avaliação validados, metodologias eficazes e práticas pedagógicas que possam otimizar o processo de ensino e aprendizagem para alunos com deficiência. Além disso, a avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência tem implicações sociais profundas. A educação inclusiva é um direito humano



fundamental, e a avaliação desempenha um papel crucial na promoção dessa inclusão.

Quando abordadas de maneira integrada e coesa, essas dimensões têm o potencial de promover uma transformação na realidade escolar, rompendo com práticas que excluem e consolidando novas abordagens avaliativas inclusiva.

2 DESENVOLVIMENTO (contendo o referencial teórico, metodologia, resultados e discussões)

2.1 Metodologia

Essa abordagem metodológica implica na revisão sistemática da literatura - RSL existente sobre o assunto em questão, como por exemplo, livros, periódicos, ensaios, e outros recursos, selecionados com base na sua relevância para o estudo em questão. Estes primeiros aportes teóricos terão o papel de fundamentar nossa observação e compreensão a cerca do fenômeno estudado. De acordo com Marconi e Lakatos (1999), a pesquisa bibliográfica visa "expor o pesquisador a todo o conteúdo previamente escrito, falado ou filmado sobre um determinado tópico [...]" (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 73). Vale destacar que não buscamos toda a bibliografia existente sobre o tema da avaliação e utilizamos como critério para esta seleção o reconhecimento e validação no meio para este levantamento de literatura, tivemos como questões de investigação:

Quadro 1- Questões da Pesquisa Bibliográfica

| N | Questões da pesquisa bibliográfica para RSL |
|---|--|
| 1 | De que forma a legislação vigente pode contribuir para uma avaliação inclusiva dos estudantes com deficiência? |
| 2 | É possível alinhar o que está descrito na legislação nos momentos de avaliar na sala de aula? |
| 3 | Como capacitar os professores por meio da educação continuada para aprenderem a lidar e avaliar os estudantes com deficiência? |

Fonte: Autora (2024).

A legislação educacional vigente no Brasil busca assegurar uma educação inclusiva para todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) e a Constituição Federal (CF) garantem a todos o direito à educação, incluindo aqueles com deficiência, assegurando que a avaliação respeite as necessidades específicas de cada aluno. A LDB determina que o ensino deve ser adaptado para atender as diferenças individuais e promover a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, a avaliação deve ser



contínua e cumulativa além de priorizar os aspectos qualitativos sobre os quantitativos durante o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva implementada pelo Ministério da Educação (MEC), promove a inclusão de alunos com deficiência nas classes regulares e incentiva a adaptação de avaliações, considerando o ritmo e as capacidades de cada estudante, dessa forma elimina-se barreiras e permite-se a participação plena dos estudantes no desenvolvimento das atividades realizadas no ambiente escolar com equidade.

Pode-se citar também a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015 a qual determina que instituições educacionais devem assegurar condições de acessibilidade e metodologias de avaliação compatíveis com as necessidades dos estudantes com deficiência. Ela reforça a importância de adaptação de instrumentos e critérios de avaliação para que sejam inclusivos, promovendo o desenvolvimento das habilidades individuais dos alunos.

As legislações permitem e incentivam que as escolas adaptem os formatos de avaliação para que sejam acessíveis aos alunos com deficiência. Isso pode incluir avaliações orais, utilização de tecnologias assistivas, provas em braille ou em formato ampliado, bem como atividades práticas e alternativas às provas tradicionais para que haja equidade no processo avaliativo de forma prática. Por isso, é necessário a formação continuada para os educadores, com foco em práticas inclusivas e a implementação de sala de recursos funcionais com a presença de professores capacitados para trabalhar em conjunto com os professores dos componentes do ensino regular. A preparação dos professores é fundamental para que eles sejam capazes de avaliar de maneira justa e inclusiva, levando em consideração as especificidades de cada aluno.

De acordo com as legislações é indispensável a atuação de profissionais de apoio, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, e pedagogos especializados, para auxiliar na avaliação dos estudantes com deficiência. Esse apoio ajuda a realizar avaliações mais precisas e adaptadas às necessidades individuais dos alunos. Essas medidas estabelecidas pela legislação educacional criam um ambiente mais inclusivo, assegurando que a avaliação dos estudantes com deficiência leve em consideração suas habilidades e necessidades, e, assim, promovendo uma educação mais equitativa e justa para todos.

Quadro 2- Bases de Dados e String de Busca

| N | Base de Dados | String Utilizada |
|---|------------------|--|
| 1 | Google Acadêmico | "Avaliação para as aprendizagens e alunos com deficiência" |
| 2 | CTDCAPES | "Pessoa com deficiência e Educação Inclusiva" |
| 4 | SciELO | "Avaliação da aprendizagem and Pessoa com deficiência" |

Fonte: Autora (2024)



2.2 Pesquisa Documental com Análise de Documentação Oficial que Trata da Política de Inclusão de Estudantes Público da Educação Especial e do Processo de Avaliação

| FEDERAL/ESTADUAL/MUNICIPAL | Título DA LEGISLAÇÃO | Base Eletrônica | Tipo DE LEGISLAÇÃO | Link Ativo |
|----------------------------|--|------------------|--------------------|------------|
| Federal | Constituição Federal de 1988 | Senado Federal | | |
| Federal | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional | Site do planalto | | |
| Federal | Lei nº 13.146/2015 | Site do planalto | | |

2.3 Análise e Discussão de Dados da Legislação

A política de inclusão de estudantes público da educação especial e o processo de avaliação são temas fundamentais no debate educacional contemporâneo. No Brasil, uma série de documentos oficiais estabelece diretrizes para a inclusão de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares. A análise desses documentos revela a evolução da política de inclusão e os desafios relacionados à implementação prática, especialmente no que diz respeito à avaliação da aprendizagem desses alunos.

Inicialmente, é relevante reconhecer o progresso legal na área da educação inclusiva. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, foram pioneiras ao garantir o direito à educação para todos, incluindo pessoas com deficiência. A LDB, em particular, estabeleceu as bases para o atendimento educacional especializado (AEE), determinando que o ensino regular deveria ser complementado por serviços de apoio, como as salas de recursos multifuncionais. Esses documentos, aliados a políticas subsequentes, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), formaram a espinha dorsal da inclusão educacional no Brasil.

No entanto, a efetivação dessas políticas enfrenta desafios, principalmente no que diz respeito ao processo de avaliação da aprendizagem dos estudantes público da educação especial. A avaliação tradicional, padronizada e baseada em critérios uniformes, muitas vezes não é adequada para alunos com necessidades especiais, pois não leva em consideração as suas particularidades de desenvolvimento e aprendizagem. As legislações, como a LDB e as diretrizes do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabelecem que a avaliação desses alunos deve ser adaptada, considerando seus ritmos individuais e suas formas de expressão. A avaliação inclusiva, portanto, precisa ser flexível e



formativa, priorizando o progresso e o desenvolvimento individual, ao invés de comparar o aluno com padrões genéricos.

Um exemplo de avanço nesse sentido é o Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado pela Lei nº 13.005/2014, que estabeleceu a Meta 4, direcionada à universalização da educação para alunos com deficiência, garantindo a sua permanência e o desenvolvimento em escolas regulares. No entanto, a implementação dessa meta esbarra na formação inadequada de professores e na falta de recursos pedagógicos adaptados, o que reflete diretamente na qualidade da avaliação aplicada a esses estudantes.

Outro documento importante é o Decreto nº 7.611/2011, que regulamenta a educação especial e reafirma a obrigatoriedade da oferta do AEE. Embora esse decreto tenha avançado na consolidação do direito à educação inclusiva, ele não foi suficiente para resolver os desafios do processo avaliativo. Muitas vezes, as escolas e os professores não dispõem de metodologias adequadas para avaliar os alunos da educação especial de forma justa e eficaz, o que contribui para a exclusão ou para a avaliação insuficiente do potencial desses estudantes.

O debate sobre a avaliação é essencial para garantir uma inclusão educacional plena. O Parecer CNE/CP nº 11/2020, por exemplo, trouxe à tona as dificuldades que surgiram durante a pandemia de COVID-19, enfatizando a necessidade de novas formas de avaliação, principalmente no ensino remoto, onde as adaptações tecnológicas e pedagógicas foram fundamentais para assegurar o direito à educação dos alunos com deficiência.

Dessa forma, a análise documental mostra que, apesar dos avanços legislativos, o processo de inclusão e de avaliação dos alunos públicos da educação especial ainda enfrenta muitos obstáculos. Há uma lacuna entre as diretrizes oficiais e sua aplicação prática, especialmente no que se refere ao preparo dos professores e à adaptação curricular necessária para realizar uma avaliação justa e equitativa. A efetiva implementação dessas políticas requer maior investimento na formação docente e na infraestrutura das escolas, além da criação de ferramentas pedagógicas que promovam avaliações mais flexíveis e inclusivas.

Em síntese, a pesquisa documental sobre a política de inclusão e o processo de avaliação para estudantes da educação especial revela que, embora existam marcos legais importantes no Brasil, sua aplicação ainda precisa ser melhorada. A superação dos desafios na avaliação desses alunos é essencial para que o país alcance uma educação verdadeiramente inclusiva, que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento integral de todos os estudantes.



2.4 Análise e Discussão de Dados da Revisão Sistemática de Literatura

A inclusão de alunos com deficiências nas turmas regulares é uma conquista importante, todavia impõe desafios significativos aos educadores e pesquisadores e a família. Entre eles, a avaliação da aprendizagem emerge como um dos tópicos mais complexos e, ao mesmo tempo, primordial. Para entender melhor como as práticas de avaliação podem ser adaptadas para atender a esse público, a revisão sistemática de literatura torna-se uma ferramenta indispensável. Por meio da revisão é possível reunir e analisar estudos de suma importância sobre o tema, contribuindo para o desenvolvimento de práticas educacionais inclusivas e eficazes.

Inicialmente, percebe-se que a revisão sistemática é fundamental para analisar dados existentes de forma abrangente, facilitando a identificação de padrões e lacunas no conhecimento atual sobre avaliação e deficiência. Ao reunir resultados de diversas pesquisas, ela oferece uma visão panorâmica sobre metodologias que foram eficazes e limitações encontradas em determinados contextos. Para alunos com deficiências, a avaliação de aprendizagem precisa ir além dos métodos tradicionais; portanto, compreender como outras abordagens têm sido aplicadas e quais resultados têm gerado é um passo importante para a melhoria contínua. De acordo com Hoffman,

Inclusão pode representar exclusão sempre que a avaliação for para classificar e não para promover, sempre que as decisões levarem em conta parâmetros comparativos, e não as condições próprias de cada aluno e o princípio de favorecer-lhe oportunidade máxima de aprendizagem, de inserção na sociedade, em igualdade de condições educativas. Essa igualdade nada tem a ver com a visão padronizada da avaliação, como uma exigência de igualar-se aos colegas, de corresponder às exigências de um currículo fixo, ou de um professor. Tem a ver com a exigência de delinear-se concepções de aprendizagem e formar-se profissionais habilitados que promovam condições de escolaridade e educação a todas as crianças e jovens brasileiros em sua diversidade. Além disso, a revisão sistemática possibilita a análise crítica das concepções de avaliação, a prova como o instrumento avaliativo mais utilizado pelos docentes e os critérios de avaliação, que muitas vezes são desenvolvidos sem considerar as necessidades específicas de estudantes com deficiências. Ao comparar diferentes modelos e métodos de avaliação, pode-se observar como as adaptações realizadas influenciam o desempenho e o desenvolvimento desses alunos. Uma avaliação justa e inclusiva não deve apenas medir o conhecimento, mas também considerar o processo de aprendizagem e o esforço individual, valorizando os progressos de forma equitativa. (HOFFMAN 2009,p.34).

Segundo a autora, a medida em que as decisões pedagógicas são pautadas em comparações entre estudantes ao invés de levarem em consideração suas condições individuais e particulares, a inclusão perde sua essência e se transforma, paradoxalmente, em exclusão. Isso ocorre porque uma educação inclusiva e equitativa exige que as avaliações sejam adaptadas às singularidades de cada aluno, promovendo condições de aprendizagem e oportunidades de inserção social. Hoffman destaca



a importância de uma abordagem educacional que se afaste da padronização rígida da avaliação, a qual muitas vezes exige que os estudantes atinjam critérios uniformes de um currículo fixo ou se igualem a um padrão específico. Em vez disso, ela defende uma visão de igualdade que respeite a diversidade e permita que cada aluno, independentemente de suas nível de aprendizagem, tenha acesso a oportunidades de aprendizagem que respeitem seu ritmo, capacidade e contexto de vida.

A revisão sistemática também desempenha um papel essencial na formação de professores e profissionais da educação. O conhecimento detalhado e atualizado sobre práticas de avaliação com alunos com deficiências ajuda a embasar a capacitação de educadores, oferecendo a eles um referencial teórico robusto e estratégias baseadas em evidências. Professores informados sobre as melhores práticas são mais capazes de aplicar métodos de avaliação adaptados, contribuindo para um ambiente inclusivo onde todos os alunos tenham suas habilidades reconhecidas.

Por fim, esse tipo de revisão contribui para o avanço das políticas educacionais. Quando existe uma base de estudos consolidada, com evidências sobre quais práticas são eficazes, torna-se possível influenciar e desenvolver políticas públicas que incentivem a avaliação inclusiva. Essa prática amplia as oportunidades de aprendizagem para alunos com deficiências, garantindo que suas necessidades sejam respeitadas e atendidas, conforme os princípios de uma educação de qualidade para todos.

Portanto, a revisão sistemática de literatura sobre avaliação da aprendizagem e a inclusão de alunos com deficiências é essencial para o avanço educacional inclusivo. Ela oferece uma análise crítica e abrangente dos métodos existentes, orienta a capacitação de professores e embasa políticas educacionais que promovem a equidade. A educação inclusiva é uma responsabilidade coletiva, e a revisão sistemática é um passo indispensável para transformar práticas de avaliação e tornar a escola um espaço verdadeiramente acolhedor para todos.

2.4.1 Estudos Analisados:

Quadro 4 – Estudos Analisados

| Autor | Título | Base Eletrônica | Tipo |
|---|---|------------------|--------|
| CARVALHO, Francisca Samara Teixeira; MENDONÇA, Andréia Vieira de VIANA, Tania Vicente, 2015 | A formação do professor para a educação inclusiva e os desafios da avaliação da aprendizagem para o aluno com deficiência | Google Acadêmico | Artigo |
| SILVEIRA, Leticia Farias da, 2022 | Mapeando Teses e Dissertações que tratam sobre Avaliação com as crianças com Necessidades | Google Acadêmico | TCC |



| | Educacionais | | |
|---|---|--|-------------|
| MATIAZZI Shellen de Lima, VIEIRA Alexandro Braga, 2022 | Avaliação e Educação Especial: uma Análise das Produções Acadêmicas | Catálogo de Teses e Dissertação CAPES | Dissertação |
| BARBOSA, Rita de Cássia de Sousa,2023 | Avaliação da Aprendizagem: práticas docentes à luz da inclusão | Google Acadêmico | TCC |
| Schneider Caroline de Oliveira, Ziesmann, Cleusa Inês, Lepke Sonize, 2021 | Diálogos entre Formação de Professores, Avaliação e Educação Inclusiva | Google Acadêmico | Artigo |

Fonte: Autora (2024)

Conforme Freitas (2012), o ato de educar e as instituições escolares não são neutras e as práticas pedagógicas têm o viés ligado a concepção de mundo dos agentes escolares e é um ato político, pois a partir do momento que os educadores optam por uma avaliação que exclui ele está contribuindo para a formação de um modelo de sociedade, qual seja onde a meritocracia faz o indivíduo avançar. Logo, a maneira que o docente atua na sala de aula, avalia os alunos e conduz suas ações estão ligadas às experiências adquiridas ao longo dos anos, a subjetividade e visão de cada um deles.

Luckesi (1999,) aponta que a educação ainda utiliza um modelo de avaliação tradicional e autoritário, que tem como foco classificar os alunos, separando os “bons” dos “ruins” e assim reproduzindo e mantendo um modelo social segregador o qual apoia-se na meritocracia.

Conforme Freitas e Fernandes (2007), avaliar não é medir, mesmo que o medir esteja presente no processo. A avaliação é uma atividade orientada para o futuro. Avalia-se para tentar manter ou melhorar a atuação futura.

Conforme Hoffman (1993), a forma como os professores irão avaliar está diretamente ligada a concepção que eles têm de avaliação e são trazidas desde a época em que esses eram estudantes até tornarem-se docentes. Pode-se afirmar que todas as pessoas que frequentaram ou frequentam a escola já passaram pela temida semana de avaliação, logo entende-se que a concepção de avaliar adotada nesse contexto é fragmentada e não está vinculada ao ato de educar, entretanto, compreende-se que educar e avaliar são processos indissociáveis. Todavia, é preciso questionar a qual concepção de avaliação está associado o entendimento de separação entre educar e avaliar, pois ao entender a avaliação como acompanhamento, processo e que deve ocorrer cotidianamente no espaço escolar é um equívoco separar um dado período para avaliar.



Segundo a autora supracitada, os docentes não compreendem educar e avaliar como momentos relacionados e sim distintos. Assim dissemina-se a ideia de separar um momento para avaliação e outro para educação. Além disso, alguns sistemas de ensino ainda compreendem, prova, recuperação como avaliação e não como instrumentos avaliativos.

2.4.2 Análise dos Estudos Incluídos

Ao fazer o recorte dos estudos observou-se a necessidade de transformar práticas pedagógicas e avaliativas tradicionais em prol de uma Educação Inclusiva, que valorize a diversidade e a individualidade dos alunos. De acordo com o estudo A formação do professor para a educação inclusiva e os desafios da avaliação da aprendizagem para o aluno com deficiência, a avaliação não deve ser considerada como um processo separado das atividades diárias de ensino ou apenas como um conjunto de provas passadas ao aluno no final de uma unidade ou tema. A avaliação deve ser vista como uma parte natural do processo de ensino-aprendizagem, que ocorre toda vez que um aluno está em contato com a palavra, lê, ouve ou produz um texto, dentro do encadeamento de uma atividade determinada. Destaca-se a importância de superar modelos de avaliação tradicionais e classificatórios, que enfatizam limitações, em favor de abordagens focadas nas potencialidades e no desenvolvimento contínuo dos aprendizes. A escola, nesse contexto, deve adaptar suas ações pedagógicas para atender à diversidade, incentivando os educadores a alinharem à proposta inclusiva por meio de formações que reestruturem suas práticas. Enfatiza-se, assim, a construção de uma sociedade inclusiva que valorize o crescimento individual e a convivência, especialmente dos alunos com deficiências, reconhecendo suas capacidades cognitivas, socioafetivas e resiliência. (A formação do professor para a educação inclusiva e os desafios da avaliação da aprendizagem para o aluno com deficiência,)

Dessa forma os estudos mostraram discussões teóricas e metodológicas que abordam conceitos como educação especial, inclusiva e avaliação educacional, mas falta investimentos e incentivos em relação à formação dos professores para avaliar esses estudantes. Mesmo com avanços nas políticas públicas, outros elementos precisam ser considerados, como recursos pedagógicos específicos para avaliação. As práticas avaliativas nas escolas evidenciam a necessidade de criar e consolidar práticas pedagógicas e avaliativas mais democráticas (Mapeando Teses e Dissertações que tratam sobre avaliação de crianças com necessidades educacionais). No contexto da Educação Especial, é crucial entender e acompanhar os processos avaliativos e as ações docentes para promover a educação de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação ((Mapeando Teses e Dissertações que tratam sobre avaliação de crianças com necessidades educacionais, A formação do professor para a educação inclusiva e os desafios da avaliação da aprendizagem para o aluno com deficiência, Avaliação e Educação Especial: uma Análise das



Produções Acadêmicas). O objetivo é garantir não apenas o acesso e a permanência desses alunos na escola, mas também o direito à aprendizagem.

Embora avanços legislativos tenham ocorrido, como a Política Nacional de Educação Especial e outras normativas, ainda há lacunas na implementação efetiva dessas políticas, especialmente na valorização e formação de professores e na criação de metodologias inclusivas. A pesquisa aponta uma escassez de estudos acadêmicos que abordem a avaliação de alunos com deficiência e enfatiza a necessidade de ampliar essa área de investigação. Além disso, nota-se a importância dos instrumentos avaliativos, como portfólios e observações, que podem fornecer dados relevantes sobre a aprendizagem dos alunos ((Mapeando Teses e Dissertações que tratam sobre avaliação de crianças com necessidades educacionais). Apesar das dificuldades, há indícios de uma transição para práticas mais inclusivas, com potencial para reduzir desigualdades e promover o avanço escolar de todos os alunos. O trabalho conclui ressaltando a necessidade de novas pesquisas que explorem as práticas avaliativas inclusivas, deem visibilidade às experiências positivas e contribuam para uma educação mais equitativa e abrangente (Avaliação da Aprendizagem: práticas docentes a luz da inclusão, Diálogos entre Formação de Professores, Avaliação e Educação Inclusiva).

3. CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO/REVISÃO DE LITERATURA

É inegável que a avaliação é um tema bastante discutido não só na educação básica, mas também no ensino superior. No entanto, é interessante salientar que embora o tema seja sempre estudado e discutido muitos docentes ainda possuem dificuldades quando a questão é avaliar, a finalidade da avaliação e por que avaliar.

Segundo Hoffmann (2009, p.15), “[...] a avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento e reflexão sobre a ação”. Logo é imprescindível que as práticas avaliativas realizadas pelos docentes estejam sempre acompanhadas de análise, investigação e pesquisa constantes e podem ser desenvolvidas de forma colaborativa e compartilhada.

Observa-se que são necessários estudos e pesquisas para buscar compreender por qual motivo, apesar da disponibilidade de tantos estudos sobre avaliação da aprendizagem, algumas escolas brasileiras ainda entendem o ato de avaliar como aplicar prova e atribuição de notas. Por isso, é imprescindível que os professores mesmo em formação aprendam sobre avaliação da aprendizagem, pois sabe-se que avaliação é um tema complexo e precisa ser estudado e pesquisado sempre.

De acordo com Villas Boas (1998, p.21), “as práticas avaliativas podem, pois, servir à
Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024



manutenção ou à transformação social”, desta forma a avaliação da aprendizagem não pode ser realizada fora do contexto social e da prática pedagógica em que os atores do processo estão envolvidos e pode-se afirmar também que a maneira de avaliar está diretamente ligada a concepção de educação e da função social adotadas pela escola.

Na visão de Hoffmann,

A avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação, essa, que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre sua realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educador, na sua trajetória de construção na qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos e sobre a realidade escolar no ato próprio da avaliação. (HOFFMANN, 2009, p.17)

Depreende-se, que a avaliação é um processo contínuo o qual exige esforço, reflexão e contribui para a escola e os docentes desenvolverem atividades avaliativas que visam estimular a aprendizagem dos educandos. Nesse sentido o estudo denominado Avaliação da Aprendizagem: práticas docentes à luz da inclusão aponta que “A avaliação formativa preocupada com o processo, com a reflexão permanente e com a vigilância constante para um redirecionar da rota do ensino aprendizagem, é uma proposta que vai equiparar condições entre os aprendizes e contribuir no enfrentamento das dificuldades identificadas

Desta forma, é necessário refletir e agir para que discurso e prática estejam alinhados, uma vez que não faz sentido saber o que deve ser feito (na teoria) e não colocar em prática. Assim, os atores escolares precisam analisar o que necessita ser melhorado e trabalhar em conjunto na busca por resultados satisfatórios no que se refere a aprendizagem tanto dos estudantes quanto dos professores.

Desse modo, é indispensável mudanças efetivas, para desconstruir os equívocos relacionados a avaliar, finalidade de avaliar e instrumentos de avaliação. Assim, ao obter clareza e compreender que a avaliação não pode ser feita isoladamente, fora da prática social e pedagógica de todos os envolvidos no processo amplia-se as possibilidades de aprendizagem e construção de saberes, logo precisa-se refletir sobre a práxis e o que significa avaliar.

Nesse sentido, Vasconcellos, pontua

A avaliação é um processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. (VASCONCELLOS, 1994, p. 43)

Desta forma, entende-se o ato de avaliar como um caminho em que a análise e ação são indispensáveis para o avanço e o desenvolvimento de todos. Observa-se ainda a importância do trabalho coletivo entre os coordenadores pedagógicos, docentes, estudantes e familiares, pois ao



trabalhar em grupo em busca de qualidade e melhoria todos constroem novos caminhos para aprendizagem.

3.1 Avaliação na Perspectiva do Exame

Pode-se afirmar com Luckesi (2011a,p.18), que as escolas brasileiras praticam exames e não avaliação, pois avaliar é uma ação pedagógica que tem como intuito desenvolver as aprendizagens dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Segundo o autor citado, examinar e avaliar se distinguem pois:

[...] O ato de examinar se caracteriza, especialmente (ainda que tenha outras características) pela classificação e seletividade do educando, enquanto o que o ato de avaliar se caracteriza pelo diagnóstico e pela inclusão. O educando não vem para escola para ser submetido a um processo seletivo, mas sim para aprender, e para tanto, precisa do investimento da escola e de seus educadores, tendo em vista efetivamente aprender. (LUCKESI, 2011a, p. 18)

Nesse sentido citamos aqui um trecho do estudo: A formação do professor para a educação inclusiva e os desafios da avaliação da aprendizagem para o aluno com deficiência no qual as autoras citam “Na concepção de Luckesi (2005), a avaliação implica uma visão diagnóstica do processo de ensino-aprendizagem. Constitui um meio efetivo para identificar as dificuldades de aprendizagem do aluno, as deficiências das estratégias de ensino do professor e reorientá-las no sentido de uma melhor qualidade. Desse modo, a avaliação apresenta características opostas aos exames escolares”.

Sabe-se que ao adentrar a escola o educando traz consigo saberes e experiências as quais devem ser tomadas como base para o acesso a novos conhecimentos. No entendimento de Luckesi (2011a, p.30), a função verdadeira da avaliação da aprendizagem seria auxiliar a construção da aprendizagem satisfatória. Por meio da avaliação é possível analisar por que determinados educandos não estão aprendendo ou alcançando os níveis desejados, assim docentes e a coordenação pedagógica estudarão meios e formas para que os sujeitos aprendam.

Conforme Luckesi (2011a,p.50), “o ato de examinar tem como função a classificação do educando em “aprovado ou reprovado”. Então entende-se que se o aluno aprendeu o conteúdo por meio de um ensino adequado terá como consequência a aprovação, todavia o foco deve estar na aprendizagem. Logo ensina-se para que o aluno aprenda e não para aprovar.

Nesse sentido, entende-se que os exames são pontuais, pois os discentes devem saber como resolver as questões das provas em determinado momento, não será levado em consideração a desenvoltura do educando ao longo das aulas e outros fatores externos como problemas pessoais e emocionais os quais afetam o desempenho de qualquer sujeito. Só será analisado se o aluno conseguiu obter uma quantidade de acertos suficientes para ser aprovado.



Ao partir da premissa que o ser humano não está pronto e acabado é possível fazermos alguns questionamentos referente a avaliação classificatória a qual é realizada com o objetivo de separar o aluno que aprende daquele que não consegue aprender, o que sabe, daquele que não sabe e o que está apto e o que não está. Desta forma, é necessário analisar por que a escola continua praticando a classificação ao invés da inclusão?

Nessa perspectiva Esteban aponta que

A avaliação classificatória configura-se com as ideias de mérito, julgamento, punição e recompensa, exigindo o distanciamento entre os sujeitos que se entrelaçam nas práticas escolares cotidianas. Assim, a professora precisa tornar o outro sujeito da relação um objeto de conhecimento, interrompendo as relações intersubjetivas – tecidas pelo diálogo que conecta as atividades escolares – e transformando-as. (ESTEBAN, 2003, p.14)

Tal concepção de avaliação possui paradigmas os quais devem ser seguidos e metas a serem alcançadas, assim o aluno que se destaca terá prioridade e é o exemplo a ser seguido pelos demais. Ao adotar esse modelo de avaliação os docentes selecionam os melhores alunos, os quais merecem honras e destaque e os que ainda não atingiram o patamar estabelecido são constrangidos e se sentem inferiores.

Segundo Vilas Boas (2008, p.32), “a avaliação pode cumprir duas funções principais: classificar os discentes ou promover a aprendizagem deles”. De acordo com a autora, a seleção dos discentes é um dos fatores que contribuem para o insucesso dos alunos, professores e da escola e essa prática está tão enraizada na cultura escolar que é preciso um esforço enorme para libertar-se dela. Desse modo, é essencial o compromisso de todos os trabalhadores da escola com o processo de ensino e aprendizagem.

Assim, é indispensável perceber que a avaliação não é um instrumento usado para medir resultados não alcançados ou uma forma de punição para os discentes os quais serão penalizados porque não conseguiram determinada nota, já que de acordo com essa concepção a culpa é do aluno que não aprendeu, mas todos possuem a capacidade de aprender, ainda que em ritmo diferenciado.

Segundo Luckesi (2003,p.13), “a avaliação da aprendizagem tem por objetivo diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno, tendo em vista subsidiar a tomada de decisões para melhoria da qualidade do desempenho”. Ao avaliar com a intenção de conduzir o aluno a aprender ocorre a melhoria de todo trabalho pedagógico desenvolvido no chão da escola. Os estudos os quais abordam o tema revelam que a aprender o significado de avaliar não é uma tarefa simples, pois envolve pesquisa constante, construção e reconstrução de novos saberes, diálogos, empatia e compromisso ético. Nesse sentido Haydt aponta

A avaliação da aprendizagem do aluno está diretamente ligada à avaliação do próprio trabalho docente. Ao avaliar o que o aluno conseguiu aprender, o professor está



avaliando o que ele próprio conseguiu ensinar. Assim, a avaliação dos avanços e dificuldades dos alunos na aprendizagem fornece ao professor indicações de como deve encaminhar e reorientar a sua prática pedagógica, visando aperfeiçoá-la. É por isso que se diz que a avaliação contribui para a melhoria da qualidade da aprendizagem e do ensino. (HAYDT, 2011, p. 216)

Ao observar a afirmação de Haydt entende-se que avaliar para aprendizagem tem como característica diagnosticar a aprendizagem dos estudantes e assim, buscar formas de melhorar a aprendizagem e a prática dos docentes gradativamente. Percebe-se então, o processo avaliativo como um meio para identificar as necessidades de aprendizagem e por qual motivo os estudantes não estão aprendendo. Dessa forma, a pesquisa Avaliação da Aprendizagem: práticas docentes à luz da inclusão, aponta para que a avaliação se comprometa realmente com objetivo integrador e emancipatório dos alunos e da educação, é necessário que ela esteja à disposição do aperfeiçoamento da aprendizagem e do ensino. Conseqüentemente, a lógica orientadora das tomadas de suas decisões pode ser considerada pela dinamicidade da ação-reflexão-ação, servindo, então, de apoio a todos que estão envolvidos nesse processo.

Obviamente que os alunos possuem níveis diferenciados e aprenderão de formas diferentes, todavia cabe a escola juntamente com os professores investigar como incluir os discentes que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem. No entendimento de Luckesi

a avaliação deve ser diagnóstica e processual, porque o estudante pode não ter o conhecimento previsto em um determinado momento, porém se o aluno for estimulado e tiver um acompanhamento efetivo poderá desenvolver a habilidade desejada, visto que a avaliação poderá ser analisada com resultados provisórios os quais podem ser alterados ao longo do processo. (LUCKESI, 2003, p.13)

Logo, a avaliação é aliada da escola, uma vez que contribui para aprendizagem se os professores, coordenadores pedagógicos e gestores tiverem entendimento e concordarem com a concepção de avaliação formativa que conduz a melhorias contínuas. No entendimento de Luckesi avaliar é diagnosticar, nesse sentido ele afirma

Avaliar é diagnosticar; e no caso da avaliação, é o processo de qualificar a realidade por meio de sua descrição, com base em seus dados relevantes, e, a seguir, pela qualificação que é obtida pela comparação da realidade descrita com um critério, assumido como qualidade desejada. (LUCKESI, 2011b, p.277)

Portanto, a avaliação é uma investigação a qual indica caminhos para a melhoria do processo, pois analisa-se a realidade com critérios estabelecidos para alcançar objetivos planejados. Avaliar permite a inclusão, isto é, não classifica os discentes em bom ou ruim, melhor ou pior, assim por meio do olhar sensível do docente fará com que ele busque alternativas para todos aprenderem.

Não é uma tarefa fácil e esse fato explica porque apesar de tantos estudos e discussões sobre avaliação, ainda há nas escolas brasileiras práticas avaliativas arcaicas as quais penalizam e excluem



os educandos fazendo-os acreditar que a escola não é lugar apropriado para eles. Por conseguinte, é necessário entender os conceitos, as práticas avaliativas e o modelo de sociedade que será formada para desenvolver de forma consciente a avaliação escolar.

Conforme Vilas Boas (2017, p.100), “os educandos não são avaliados apenas pelo professor dentro da sala de aula, eles são avaliados todo o tempo que permanecem na escola, em todos os ambientes por meio da avaliação informal”. Para a autora, a avaliação deve ser vista como aliada do docente e do educando, já que não se avalia para atribuir nota ou conceito, mas avalia-se para promover a aprendizagem dos alunos.

Destarte, há também a necessidade de avaliação para saber como foi desenvolvido o trabalho pedagógico de toda a escola e da sala de aula com a intenção de melhorar as aprendizagens. Por esse entendimento, avaliam-se as atividades organizadas pela escola, como conselhos de classe, o trabalho dos professores e reuniões com eles, reuniões com os pais, dessa forma todos avaliam e são avaliados. Assim, todos em comum acordo organizam o trabalho pedagógico para melhoria das aprendizagens e formar cidadãos que saberão atuar de maneira ética e autônoma na sociedade em que vivem.

Nesse sentido, Villas Boas pontua

É muito conhecida a avaliação feita por meio de provas, exercícios e atividades quase sempre escritas, como produção de textos, relatórios, pesquisas, resolução de questões matemáticas, questionários etc. Quando a avaliação é realizada dessa forma, todos ficam sabendo que ela está acontecendo: alunos, professores e pais. Esse tipo de avaliação costuma receber nota, conceito ou menção. É o que chamamos de avaliação formal. (VILAS BOAS, 2007, p.13)

No entendimento de Villas Boas, “a avaliação formal difere da informal, pois são adotados procedimentos perceptíveis e previamente conhecidos pelos avaliadores e avaliados como provas e outras atividades desenvolvidas pelos docentes”. Assim, percebe-se a importância da avaliação para formação dos sujeitos e a função social da escola, pois as discussões sobre o tema não são recentes, mas a questão é por que ainda se pratica nos sistemas educacionais brasileiros avaliações classificatórias e excludentes? Por qual motivo os professores possuem tanta dificuldade para mudar a concepção de avaliação e insistem em utilizar a prova como meio de avaliar os estudantes?

Segundo Luckesi (2003, p.12), “avaliar e examinar são conceitos distintos, uma vez que o exame tem por objetivo julgar, aprovar ou reprovar, são pontuais, classificatórios, estáticos, antidemocráticos[...]”. Na perspectiva do exame os professores detêm o poder e o saber, aumentam o nível das atividades e tentam controlar os educandos, dessa forma a avaliação é realizada com o intuito de punir.

Dessa forma o autor afirma

A prática dos exames, devido a operar com os recursos da aprovação/reprovação, obrigatoriamente, conduz a política da reprovação, que tem se manifestado como o



mais consistente alibi para o fracasso escolar. O discurso mais comum é o seguinte: “Já que os alunos não aprenderam, devem ser reprovados, não é possível continuar promovendo educandos que não tenham aprendido”. E com essa afirmação tranquilizamos nossa consciência e não aprofundamos a investigação das verdadeiras e fundamentais causas do fracasso escolar, que tem muito mais a ver com má qualidade de ensino do que com a incompetência ou má vontade dos educandos. (LUCKESI, 2003, p.15)

Considerando-se que a educação é direito de todos e que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no seu artigo 4º: O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, mas também que estar matriculado em uma unidade escolar não significa que os estudantes estejam incluídos, aprendendo e formados para o exercício da cidadania Vasconcellos discorre que

A avaliação escolar é, antes de tudo, uma questão política, ou seja, está relacionada ao poder, aos objetivos, às finalidades, aos interesses que estão em jogo no trabalho educativo; numa sociedade de classes, não há espaço para a neutralidade: posicionar-se como neutro, diante dos interesses conflitantes, é estar a favor da classe dominante que não quer que outro interesse prevaleça sobre os seus. (VASCONCELLOS, 1994, p.45)

Nesse sentido, ao avaliar é imprescindível saber quem é o sujeito que está sendo avaliado, qual o contexto em que ele vive, por qual motivo ele não atingiu o objetivo desejado e pensar em alternativas que possam ajudá-lo a superar as dificuldades. Assim, os docentes e os sistemas de ensino assumem uma posição política de luta e resistência ao sistema imposto e a responsabilidade com o fazer pedagógico.

Diante das questões expostas é imprescindível que tanto os educadores e educandos quanto a escola utilizem a avaliação como aliada na busca por melhoria contínua porque ao avaliar, autoavaliar, dar feedback e entender o que não está funcionando bem e o que precisa ser reajustado durante o processo de ensino e aprendizagem mudanças significativas ocorrerão.

Conforme Luckesi (2011a, p.125), “os docentes precisam buscar meios para que o educando aprenda e se desenvolva individual e coletivamente”. Para o autor, esse é um princípio político-social importante da atividade educativa. Concordamos com a visão de Luckesi, pois é sabido que a educação pública no Brasil está aquém do esperado.

É necessário compromisso de todos os atores presentes no ambiente escolar para vencer as barreiras e obstáculos do cotidiano. Podemos citar uma série de problemas presentes na escola, desde a estrutura física à valorização dos profissionais da educação. Com isso frisamos que a não aprendizagem dos discentes, a reprovação e evasão escolar não é culpa dos docentes e muito menos dos educandos.



Nessa discussão Freitas, pontua

A organização do trabalho pedagógico da escola em sua forma seriada, por exemplo, esconde uma concepção de educação baseada na seletividade pela homogeneização dos tempos de aprendizagem. Tal homogeneização fornece igualdade de acesso, mas não necessariamente igualdade de desempenho, já que os ritmos de aprendizagem dos estudantes são diferenciados. A escola não declara a incorporação de tal função seletiva em sua prática, antes a esconde e oculta. Em geral, nesse contexto, a avaliação tem sido utilizada para legitimar a distribuição desigual das rotas de sucesso e fracasso dos estudantes, sob o argumento da meritocracia. (FREITAS, 2009, p. 19).

Por conseguinte, é indispensável a formação ética e política dos gestores, professores, pais, alunos e demais funcionários, uma vez que todos participam do processo educativo dos discentes. Ao compreender as engrenagens do sistema excludente no qual estamos inseridos teremos uma percepção mais apurada e consciente. Para Luckesi (2003, p.21), “a prática dos exames reproduz o modelo de administração do poder da sociedade, modelo centralizador”. Dessa forma, pode-se afirmar que questões e concepções políticas estão fortemente atreladas ao tipo de cidadão que se pretende formar e às práticas avaliativas.

Ao contrário da Pedagogia Tradicional, e as práticas do exame, Luckesi (2003, p.27) destaca que “[...] a Pedagogia Construtiva possui um viés acolhedor. Segundo o autor os professores conduzirão as aulas partindo de onde tem vida, ou seja, do conhecimento que os educandos já possuem para trabalhar com a avaliação para diagnosticar situações diversas, possibilitando jornadas satisfatórias para a construção da trajetória existencial e pessoal de cada discente.

O olhar afetuoso, as relações interpessoais, o diálogo e a relação de respeito estabelecida entre os educadores e educandos terão resultados satisfatórios e que deixam marcas positivas na vida dos discentes. Correlacionando com o estudo Avaliação da Aprendizagem: práticas docentes à luz da inclusão entende-se que “a escola é o lugar da inclusão educacional e ela precisa ser encarada nos seus desafios reais, e não desejada como um lugar ideal, pois a idealização ilusória aponta para a homogeneização do ensino, que desconsidera a existência de alunos que não aprendem no modelo padrão que muitas teorias abordam, mas, principalmente, existem outros que tem suas formas plurais de serem e que não podem ser deixados de lado”.

Todavia, para que ocorra mudanças significativas no ambiente escolar é necessário a formação continuada e pesquisas constantes sobre o que é avaliar e suas implicações no tecido social.

Ao refletir sobre o trabalho desenvolvido na escola pode-se afirmar que o objetivo principal é construir aprendizagens. Logo, ao identificar irregularidades no caminho é natural a busca por soluções. Então, se os discentes não estão avançando ou não conseguem aprender, visto que a sala de



aula é plural e cada educando aprende em tempos diferenciados, como o docente poderá lidar com todas essas demandas?

Ao ponderar as análises apresentadas, anteriormente, encontra-se a necessidade de uma avaliação formativa. Todavia, precisa-se compreender o que significa esse tipo de avaliação e como realizá-la.

Ao entender a avaliação como um processo busca-se sempre maneiras diversificadas para que o aluno aprenda. Portanto, o professor ao avaliar o aluno, deve levantar dados, analisá-los e sintetizá-los de forma objetiva possibilitando o diagnóstico dos fatores que interferem no resultado da aprendizagem, pois não é possível avaliar sem conhecer. O docente não pode ter uma visão reducionista sobre o educando. Cabe ao docente mediar o processo para que o estudante aprenda, contudo, para que a aprendizagem ocorra é preciso acompanhamento constante por meio da avaliação formativa para entender por que o aluno não aprendeu ainda.

Os docentes e todos os atores da escola precisam compreender que aprendizagem e desempenho não são sinônimos, este é pontual e aquele refere-se ao processo continuado, busca entender o contexto e construir aprendizagem para o futuro. Conforme Haydt, precisa-se observar que

A avaliação é um processo, e como tal deve ser encarada. Por isso ela deve fazer parte da sala de aula, sendo usada periodicamente como um dos aspectos integrantes do processo ensino-aprendizagem. Ao fazer uso conjugado das três modalidades de avaliação – diagnóstica, formativa e somativa [...]. (HAYDT,1997, p.28)

Percebe-se que a autora supracitada, aborda a necessidade do uso da avaliação diagnóstica, formativa e somativa as quais são feitas com o intuito de acompanhar o conhecimento que os alunos já possuem e o que precisa ser aprendido, se esses estão preparados ou precisam ter acesso a algum conteúdo já visto anteriormente, mas que precisa ser revisado, qual o conhecimento prévio, como serão abordados novos saberes, o ponto de partida do ensino e assim, docente e educando buscam estratégias para novas descobertas.

Segundo Luckesi (2003, p.13), “a avaliação da aprendizagem tem por objetivo diagnosticar a situação de aprendizagem do aluno, tendo em vista subsidiar a tomada de decisões para melhoria da qualidade do desempenho”. Ao avaliar com a intenção de conduzir o aluno a aprender ocorre a melhoria de todo trabalho pedagógico desenvolvido no chão da escola. Os estudos os quais abordam o tema revelam que a aprender o significado de avaliar não é uma tarefa simples, pois envolve pesquisa constante, construção e reconstrução de novos saberes, diálogos, empatia e compromisso ético. Nesse sentido Haydt aponta,

A avaliação da aprendizagem do aluno está diretamente ligada à avaliação do próprio trabalho docente. Ao avaliar o que o aluno conseguiu aprender, o professor está avaliando o que ele próprio conseguiu ensinar. Assim, a avaliação dos avanços e



dificuldades dos alunos na aprendizagem fornece ao professor indicações de como deve encaminhar e reorientar a sua prática pedagógica, visando aperfeiçoá-la. É por isso que se diz que a avaliação contribui para a melhoria da qualidade da aprendizagem e do ensino. (HAYDT 2011, p. 216)

Ao observar a afirmação de Haydt entende-se que avaliar para aprendizagem tem como característica diagnosticar a aprendizagem dos estudantes e assim, buscar formas de melhorar a aprendizagem dos deles e a prática dos docentes gradativamente. Percebe-se então, o processo avaliativo como um meio para identificar as fraquezas e identificar por qual motivo os estudantes não estão aprendendo. Obviamente que os alunos possuem níveis diferenciados e aprenderão de formas diferentes, todavia cabe a escola juntamente com os professores investigar como incluir os discentes que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem. No entendimento de Luckesi

a avaliação deve ser diagnóstica e processual, porque o estudante pode não ter o conhecimento previsto em um determinado momento, porém se o aluno for estimulado e tiver um acompanhamento efetivo poderá desenvolver a habilidade desejada, visto que a avaliação poderá ser analisada com resultados provisórios os quais podem ser alterados ao longo do processo. (LUCKESI 2003, p.13)

Logo, a avaliação é aliada da escola, uma vez que contribui para aprendizagem se os professores, coordenadores pedagógicos e gestores tiverem clareza e concordarem com a concepção de avaliação formativa que conduz a melhorias contínuas. No entendimento de Luckesi avaliar é diagnosticar, nesse sentido ele afirma

Avaliar é diagnosticar; e no caso da avaliação, é o processo de qualificar a realidade por meio de sua descrição, com base em seus dados relevantes, e, a seguir, pela qualificação que é obtida pela comparação da realidade descrita com um critério, assumido como qualidade desejada. (LUCKESI, 2011, p.277)

Portanto, a avaliação é uma investigação a qual indica caminhos para a melhoria do processo, pois analisa-se a realidade com critérios estabelecidos para alcançar objetivos esperados. Avaliar permite a inclusão, isto é, não classifica os discentes em bom ou ruim, melhor ou pior, assim por meio do olhar sensível do docente fará com que ele busque alternativas para todos aprenderem.

No que se refere a inclusão de alunos com deficiência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), relata em seu artigo 59 por meio da Lei 12.796 de 2013 uma série de ações que os sistemas de ensino devem garantir para os alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

3. 2 Avaliação Formativa

A avaliação formativa é processual, contínua e permite ao docente analisar os resultados alcançados e reorientar, reorganizar ou modificar a própria prática. É investigar para melhorar as falhas tanto dos professores quanto dos alunos, os quais fazem parte do processo, e nota-se a construção do conhecimento pela investigação de ambos. Com a avaliação formativa os docentes



orientam, encaminham, oferecem opções e mostram caminhos para os alunos seguirem e incentivam os educandos a fazerem a autoavaliação a qual permite a formação da autocrítica e autoimagem. Observa-se que na prática da avaliação formativa existe um diálogo contínuo entre os envolvidos, assim o professor deixa claro os objetivos e o que o aluno precisa dar conta. Nesse contexto também podem ser definidos quais os critérios serão utilizados. Nesse sentido o estudo Diálogos entre Formação de Professores, Avaliação e Educação Inclusiva pontua “Com efeito, Larrosa e Skliar (2002) sugerem uma pedagogia do diálogo, da harmonia, da empatia, não para terminar com as diferenças, mas para manter a tensão entre elas, permitindo a aprendizagem entre os pares, entre os sujeitos pertencentes a um determinado espaço. Compreende-se que é da tensão que emerge a criação de algo novo, assim como a possibilidade de uma nova ordem que subverte o caos. Em educação, não se trata somente de caracterizar o que é a diversidade e quem a compõe, mas, sim, compreender melhor como as diferenças ou as diversidades constituem os seres humanos”.

De acordo com Villas Boas (2007, p.16), “a avaliação formativa toma como referência o aluno, observando o esforço e a capacidade individual de cada indivíduo e o envolve no processo tornando-o protagonista no processo de aprendizagem”. Portanto, cabe ao professor buscar estratégias para possibilitar a aprendizagem de todos os indivíduos presentes na sala de aula, a qual é heterogênea e cada aluno irá aprender de diferentes formas.

Assim, o professor é o mediador o qual auxilia os discentes ajudando-os incentivando-os na prática da autoavaliação para que ocorra mudança de postura e atitude e, conseqüentemente, o desenvolvimento da autoconfiança. Percebe-se que na avaliação formativa os discentes participam ativamente do processo e é possível construir uma relação de afeto e trocas positivas entre educadores e educandos. Ao analisar o processo, as fragilidades são identificadas e os trabalhos irão progredir, pois todo o processo será avaliado. Desta forma, Rossit e Storani afirmam que,

Os resultados da avaliação formativa trazem conseqüências muito importantes tanto para o aluno como para o professor. Para o aluno, a avaliação formativa disciplina o ritmo de estudo, desenvolvendo o hábito do estudo constante; o motiva, funcionando como reforço; fornece um perfil de aprendizagem, isto é, o que se aprendeu e o que ainda se precisa aprender; possibilita busca de medidas alternativas para superar as dificuldades encontradas. Para o professor, a avaliação formativa oferece informações que possibilitam a modificação no ensino ou a revisão das informações que oferecem dificuldades aos alunos e possibilita realizar estudos comparativos entre o desempenho dos alunos de duas ou mais turmas de uma mesma série ou de anos ou semestres. (ROSSIT E STORANI, 2010, p. 23)

Ao analisar as afirmações acima consegue-se vislumbrar a importância do trabalho docente no que se refere ao ato de avaliar. Sabe-se que ao longo da jornada escolar os discentes são avaliados, logo a avaliação deixa marcas e estas podem ser positivas ou negativas. Então, a escola e o corpo docente precisam aprender sobre a avaliação formativa. Assim, percebe-se que avaliar de forma ativa



é analisar de que forma é possível facilitar o processo de aprendizagem para que os sujeitos aprendam, pois desta forma os docentes poderão criar intervenções pedagógicas adequadas

No entendimento de Luckesi

Os conceitos podem ser aprendidos nos livros e artigos de revistas especializadas, assim como em conferências e debates, a prática terá que ser aprendida no dia a dia da vida escolar, experimentando, investigando, buscando, novas possibilidades, ultrapassando os impasses e incômodos, sempre assentados sobre conhecimentos significativos e válidos. Certamente que essa aprendizagem não se fará de um dia para o outro ou de um momento para outro. É uma aprendizagem que exige tempo e atenção específicos, na medida em que herdamos e constituímos hábitos que conduzem a uma forma automática de agir. (LUCKESI, 2011a, p. 19)

Por meio do viés apresentado pelo autor compreende-se que o trajeto para colocar em prática a avaliação formativa, entendê-la como um processo gradativo, que ocorre no cotidiano escolar requer esforços contínuos não apenas dos docentes, mas de todos os que atuam na escola, visto que são necessárias alterações específicas. Para haver uma mudança de mentalidade no que significa avaliar é necessário investir na formação continuada, a qual é indispensável para todos os sujeitos pertencentes ao corpo de trabalhadores da escola e deve ser condizente com as novas exigências presentes na sociedade.

Por conseguinte, é preciso um trabalho colaborativo entre gestores, coordenadores pedagógicos, pais, discentes e docentes para que haja o avanço do processo de ensino e aprendizagem. Entra em cena também a necessidade do diálogo permanente, o trabalho em equipe, as relações interpessoais e a escuta sensível, assim será possível proporcionar momentos de aprendizagens para todos, e tais conhecimentos serão utilizados não apenas na escola, mas ao longo da vida.

Portanto, é indispensável buscar aprimorar as práticas avaliativas dos docentes para desconstrução/reconstrução de saberes, incentivar a utilização de diversos instrumentos avaliativos com o apoio da coordenação pedagógica, para direcionar os discentes rumo à aprendizagem. Isso posto, Freire (2014, p.40) afirma, que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”, segundo o autor, ao pensar na prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.

Logo, na avaliação formativa o docente deverá analisar sempre o que o aluno já sabe e o que ele precisa aprender, e a partir dos resultados obtidos buscar estratégias para desenvolver as atividades. Assim, é imprescindível apresentar critérios os quais poderão ser construídos com os discentes possibilitando a participação destes no ato de avaliar, dar feedback e estimular o hábito da autoavaliação.



Em suma Villas Boas, concebe a Avaliação formativa como aquela

[...] que promove o desenvolvimento não só do aluno, mas, também, do professor e da escola. Admitindo-se que a escola realiza trabalho pedagógico e não simplesmente processo ensino-aprendizagem, em que apenas o professor ensina e apenas o aluno aprende, torna-se fácil compreender a necessidade de ampliação do conceito de avaliação formativa, estendendo-a a todos os sujeitos envolvidos e a todas as dimensões do trabalho. Segundo essa perspectiva, abandona-se a avaliação unilateral (pela qual somente o aluno é avaliado e apenas pelo professor), classificatória, punitiva e excludente, porque a avaliação pretendida compromete-se com aprendizagem e o sucesso de todos os alunos. Para que isso aconteça, é necessário que todos os educadores que atuam na escola se desenvolvam profissionalmente. O sucesso do seu trabalho conduz ao sucesso do aluno. Toda a escola participa desse ambiente de aprendizagem e desenvolvimento. Portanto, todas as dimensões do trabalho escolar são avaliadas, para que se identifiquem os aspectos que necessitam de melhoria. (VILLAS BOAS 2007, p.18)

Logo, percebe-se a importância dos estudos, discussões e pesquisas sobre a avaliação para aprendizagem, pois compreende-se que não é responsabilidade apenas do docente avaliar e não é culpa somente do educando se ele não aprende.

Então é necessário articular ações conjuntas entre Ministério da educação, secretarias, escolas, docentes e famílias para que haja mudanças nas concepções de avaliação ainda vista como um fim em si mesma e que serve para aprovar ou reprovar. Se a Avaliação é processual, requer acompanhamento e é um meio para que a aprendizagem ocorra, precisa-se criar uma cultura avaliativa na escola, baseada na parceria, no respeito mútuo, na responsabilidade e ética.

3.3 Avaliação Somativa

Referente à modalidade de avaliação somativa Villas Boas (2007, p.17), pontua que ela difere da formativa, pois possui propósito diferente. A avaliação somativa é utilizada como forma de registrar o que o discente aprendeu e o que ele não aprendeu ainda, classifica os resultados das aprendizagens, é aplicada geralmente no final da unidade, semestre ou ano letivo com a função de analisar se o objetivo foi alcançado ou não, aprova ou reprova, e deve ser atribuída alguma nota como forma de dar respostas à sociedade e aos estabelecimentos de ensino.

Isso posto, ao final de determinado período os discentes serão classificados como capazes ou não de ser promovidos, todavia, é indispensável pensar: será que é possível identificar a aprendizagem dos alunos por meio de notas ou conceitos?

Nesse sentido Villas Boas define avaliação formativa como

Processo pelo qual são analisadas continuamente todas as atividades em desenvolvimento e as desenvolvidas pelos estudantes, para que eles e os professores identifiquem o que já foi aprendido e o que falta ser aprendido, a fim de que se providenciem os meios para que avancem sem interrupções e sem percalços. Essa análise permite a organização/reorganização do trabalho pedagógico com vistas ao alcance das aprendizagens por todos. (VILLAS BOAS,2017, p.157)



Dessa forma, o docente precisa alinhar a avaliação diagnóstica e a formativa para conseguir compreender não só o contexto e a desenvoltura dos educandos, mas também se os objetivos, metodologias e prática estão contribuindo para aprendizagem dos sujeitos, desta forma o educador reflete, analisa e ressignifica a práxis sempre com a pretensão de melhorar e ajustar o que for necessário. Destarte, todas as atividades são avaliadas, dessa forma docentes e discentes atuam ativamente no processo.

Por conseguinte, concebe-se a necessidade de desconstruir o pensamento arraigado no tecido social acerca do significado de aprendizagem e de avaliação como forma de medir. Primeiramente, a escola precisa difundir o verdadeiro sentido da aprendizagem. O que é aprendizagem? O que é avaliar? Por que se avalia na escola? E qual o sentido do ato de avaliar?

Sendo assim, o gestor precisa entender o funcionamento da escola, como os alunos estão sendo acolhidos, pois ele é mais um educador e é imprescindível que ele trabalhe sempre procurando meios para construir junto com o professor caminhos para melhorar as ações da escola. A gestão democrática é uma forma de trabalhar de maneira colaborativa para construção de uma educação de qualidade e a formação integral dos sujeitos, pois avaliação e aprendizagem são indissociáveis e para avaliar é indispensável conhecer.

De acordo com Villas Boas (2019, p.14), “a sociedade sempre se preocupou com a promoção do estudante de um ano para outro, sem levar em conta o que foi aprendido e o que não foi”. Sendo assim, é preciso ressignificar o ato de avaliar por meio de ações conjuntas entre os docentes e a equipe pedagógica. Para a autora a avaliação é formativa quando não se contenta com resultados e está sempre em busca da melhoria das aprendizagens.

Nesse sentido, Brasileiro e Souto (2018, p.4) afirmam “no caso da avaliação somativa, essa verifica o nível de aprendizagem discente, por meio da atribuição de notas, permitindo uma classificação ao final do curso”. Essa concepção de avaliação não deve ser descartada ou vista como ineficaz, todavia é essencial identificar qual a finalidade e objetivo a ser alcançado além de atribuir notas.

3.4 Formação de Professores e o Atendimento ao Público da Educação Especial nas Escolas Regulares

A educação inclusiva nas escolas regulares é uma abordagem pedagógica que busca garantir o acesso, a participação e o aprendizado de todos os alunos, independentemente de suas características, necessidades ou habilidades. Esta abordagem é fundamentada em princípios de igualdade, diversidade e respeito pelos direitos humanos. A inclusão educacional está respaldada por



leis e tratados internacionais que promovem os direitos das pessoas com deficiência, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU e muitos países também têm legislação nacional que garante o direito à educação inclusiva.

Diante do exposto, a pesquisa Avaliação da Aprendizagem: práticas docentes à luz da inclusão aponta que “educação inclusiva vai além da simples matrícula de estudantes com deficiência em escolas regulares. Envolve a adoção de medidas que garantam a participação ativa e efetiva desses estudantes, considerando suas necessidades específicas. Isso pode envolver a disponibilização de recursos e apoios adequados, como tecnologias assistivas, materiais pedagógicos adaptados, suporte de profissionais especializados, entre outros. Além disso, a educação inclusiva implica na promoção de uma cultura escolar inclusiva, na qual a diversidade seja valorizada e respeitada, e os alunos sejam encorajados a se relacionar e colaborar uns com os outros. Isso contribui não apenas para o desenvolvimento acadêmico, mas também para a formação de cidadãos conscientes, tolerantes e solidários”.

No Brasil a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, é uma legislação abrangente que visa garantir e promover os direitos das pessoas com deficiência em diversos aspectos da vida, incluindo a educação. A aplicação dessa lei nas escolas brasileiras tem um impacto significativo na promoção da educação inclusiva no país. Todavia, pode-se observar que a maioria dos professores têm dificuldades em lidar ou incluir os alunos com deficiência. Nesse sentido, é preciso investir em formação e capacitação dos docentes para que haja inclusão e desenvolvimento dos alunos.

A legislação promove explicitamente a educação inclusiva, que envolve a oferta de ensino regular com adaptações necessárias para atender às necessidades de todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência. As escolas devem promover práticas inclusivas e buscar eliminar barreiras que possam impedir a participação plena dos alunos. Desse modo, é indispensável a formação de professores para atuar e promover ambientes inclusivos. Os educadores devem estar preparados para trabalhar com alunos com deficiência e promover uma educação de qualidade para todos.

Diante do exposto, considera-se imprescindível a formação continuada de professores para a realização do ensino colaborativo entre os docentes da escola regular e os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ao considerar as políticas de inclusão escolar, sabe-se que são muitas as dificuldades enfrentadas pelos professores do ensino regular no que se refere ao desenvolvimento e adaptação de atividades para os alunos com deficiência. Assim, entende-se que a formação inicial e continuada para os docentes é indispensável, uma vez que através dela pode ser possível buscar meios para solucionar os entraves relacionados à inclusão dos alunos e capacitação



dos professores.

De acordo com a Política Nacional para Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, A avaliação pedagógica como processo dinâmico considera tanto o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento do aluno quanto as possibilidades de aprendizagem futura, configurando uma ação pedagógica processual e formativa, que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo na avaliação os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor. No processo de avaliação, o professor deve criar estratégias considerando que alguns alunos podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana. (BRASIL, 2008, p. 11).

Logo, a avaliação pedagógica como um processo dinâmico e formativo, que leva em consideração o conhecimento prévio do aluno, seu nível atual de desenvolvimento e suas possibilidades de aprendizagem futura. Isso significa que a avaliação não é um evento isolado, mas uma ação contínua e processual que visa acompanhar e apoiar o progresso individual do aluno.

A avaliação deve focar mais nos aspectos qualitativos do desempenho do aluno, indicando as intervenções pedagógicas necessárias por parte do professor. O professor, portanto, deve desenvolver estratégias que considerem as necessidades específicas de cada aluno, reconhecendo que alguns podem precisar de mais tempo para concluir os trabalhos ou de recursos como a língua de sinais, textos em Braille, informática ou tecnologia assistiva de forma cotidiana.

Assim, observa-se a importância de uma avaliação adaptativa e inclusiva, que se ajusta às necessidades individuais dos alunos e que valoriza o progresso e desenvolvimento contínuo deles, ao invés de apenas medir o desempenho com base em padrões fixos e uniformes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, por meio desta pesquisa buscamos responder as seguintes perguntas: de que forma a legislação vigente pode contribuir para uma avaliação inclusiva dos estudantes com deficiência? É possível alinhar o que está descrito na legislação nos momentos de avaliar na sala de aula? Como capacitar os professores por meio da educação continuada para aprenderem a lidar e avaliar os estudantes com deficiência?

A educação inclusiva é um direito fundamental garantido por legislações como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Essas normativas asseguram que todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência, tenham acesso à educação de qualidade, o que inclui avaliações adaptadas às necessidades deles. Contudo, para que essa premissa seja cumprida com equidade, é essencial que as escolas promovam práticas



avaliativas que respeitem as particularidades de cada aluno, reconhecendo suas habilidades e fornecendo oportunidades justas para seu desenvolvimento.

Realizamos a revisão sistematizada da literatura (RSL), orientando-nos tanto pelo problema da nossa pesquisa, quanto pelos objetivos. À partir deles fizemos as seguintes descobertas:

- a) É essencial que os processos avaliativos na Educação Especial sejam individualizados e centrados no progresso do estudante. Diferentemente de um enfoque tradicional, que busca medir o desempenho em relação a uma média geral, na Educação Especial, a avaliação deve considerar as habilidades, competências e potencialidades de cada aluno. Para isso, os professores utilizam estratégias como a observação contínua, registros de portfólio e avaliação formativa, que permitem monitorar o desenvolvimento do estudante em contextos diversos e ao longo do tempo.
- b) Além disso, a utilização de metodologias diversificadas é indispensável para atender às necessidades de diferentes tipos de deficiência. Por exemplo, para estudantes com deficiência visual, podem ser empregadas provas em braille, em áudio ou com fontes ampliadas. Para aqueles com deficiência auditiva, o uso de Libras ou legendas em vídeos é crucial. Já para alunos com deficiência intelectual, as avaliações podem focar mais em atividades práticas ou na aplicação de conhecimentos no dia a dia, em vez de provas tradicionais. Essas adaptações garantem que os estudantes tenham acesso igualitário às oportunidades de demonstrar o que aprenderam.
- c) A tecnologia assistiva também surge como uma ferramenta poderosa nesse contexto. Computadores, aplicativos e dispositivos específicos podem ser utilizados para criar instrumentos avaliativos acessíveis. Esses recursos não apenas facilitam a comunicação e a interação, mas também ajudam os professores a adaptar conteúdos e práticas avaliativas de forma mais precisa e eficiente.
- d) Outro ponto importante é o envolvimento de uma equipe multidisciplinar no processo avaliativo. A colaboração entre professores regulares, professores especializados, terapeutas, psicólogos e familiares contribui para a construção de uma avaliação mais ampla e contextualizada. Esse trabalho conjunto possibilita identificar as barreiras enfrentadas pelos estudantes e propor soluções que promovam seu aprendizado e inclusão.
- e) Por fim, é fundamental que o processo de avaliação seja contínuo, dialógico e formativo. A avaliação na Educação Especial não deve ser vista como um momento isolado de aferição, mas como um processo dinâmico que orienta o professor e o aluno sobre os avanços e desafios



do aprendizado. O feedback é uma peça-chave nesse processo, pois ajuda o estudante a compreender seu progresso e a identificar áreas em que pode melhorar, sempre considerando seu ritmo de aprendizagem. Fazer acompanhamento é necessário quando o sujeito tem deficiência. É preciso focar no que o estudante já sabe. Como a criança tem se desenvolvido e buscar estratégias que auxiliem no desenvolvimento dos estudantes, pois dessa forma eles alcançarão autonomia.

- f) Desenvolvimento conjunto de práticas que visem promover uma avaliação inclusiva e justa, com base na compreensão das necessidades específicas dos alunos, buscando garantir que todos tenham as mesmas oportunidades de demonstrar suas competências e habilidades.
- g) Adaptação de avaliações. Isso envolve modificar provas e atividades para que se adequem às capacidades dos alunos com necessidades especiais. Por exemplo, alunos com deficiência visual podem necessitar de provas em braile ou com fontes ampliadas, enquanto alunos com dislexia podem precisar de mais tempo para completar as provas. Estas adaptações são essenciais para garantir que os alunos não sejam avaliados apenas pela sua condição, mas sim pelo conhecimento que adquiriram.
- h) Uso de avaliações contínuas e formativas. Diferente das avaliações tradicionais, que muitas vezes são pontuais e padronizadas, as avaliações contínuas permitem um acompanhamento mais detalhado do progresso dos alunos ao longo do tempo. As avaliações contínuas incluem observações, registros de progresso e feedbacks frequentes, possibilitando uma visão mais ampla e precisa das habilidades e necessidades dos alunos.
- i) Envolver os alunos no processo avaliativo. Estratégias como a autoavaliação e a avaliação por pares incentivam os alunos a refletirem sobre seu próprio aprendizado e a reconhecerem suas conquistas e desafios. Este tipo de avaliação promove a autonomia e a autoconfiança dos alunos, elementos essenciais para o seu desenvolvimento integral.
- j) Colaboração com profissionais especializados também é uma estratégia frequentemente mencionada. A parceria entre professores regulares e profissionais da educação especial, como psicopedagogos e terapeutas ocupacionais, permite a criação de um ambiente mais inclusivo. Esses profissionais podem auxiliar na adaptação de materiais e na elaboração de estratégias de avaliação que considerem as necessidades individuais dos alunos. Por exemplo, em uma avaliação de leitura, um fonoaudiólogo pode trabalhar em conjunto com o professor para desenvolver atividades que ajudem um aluno com dificuldades de fala a demonstrar seu entendimento do texto de forma alternativa.
- k) Integração da tecnologia é destacada como uma ferramenta poderosa para a avaliação de alunos da Educação Especial. Softwares educativos, aplicativos de comunicação alternativa e recursos multimídia pode ser utilizados para criar avaliações mais dinâmicas e acessíveis.



- l) O Desenho Universal de Aprendizagem (DUA) oferece uma abordagem inclusiva e flexível que visa atender à diversidade de estilos, ritmos e necessidades de aprendizagem de todos os estudantes, especialmente do público da Educação Especial. Uma das principais contribuições do DUA para a avaliação é a flexibilidade nos métodos de verificação do aprendizado. Diferentemente das práticas tradicionais, que muitas vezes se limitam a provas e testes padronizados, o DUA incentiva o uso de múltiplos meios de expressão para que os alunos demonstrem suas habilidades e conhecimentos. Isso inclui portfólios, apresentações, produções artísticas, projetos colaborativos e avaliações orais, entre outros. Essa diversidade permite que educandos com deficiência intelectual, física, visual ou outras especificidades tenham as mesmas oportunidades de evidenciar seus progressos.

Outro ponto central do DUA é o foco no processo, e não apenas no produto da aprendizagem. Avaliar de forma inclusiva significa acompanhar o percurso do aluno, identificando seus avanços e desafios ao longo do tempo. Essa abordagem formativa não só facilita a adaptação dos métodos de ensino como também promove a autoconfiança dos estudantes, ao priorizar o esforço e o crescimento individual.

Com relação aos desafios, foi possível identificar nos estudos resgatados na RSL:

- a) Falta de recursos e apoio. Muitas escolas regulares não dispõem de materiais adequados, a presença de profissionais de apoio, como intérpretes de Libras ou assistentes educacionais, muitas vezes é limitada, o que sobrecarrega os professores e dificulta a realização de avaliações inclusivas. Um exemplo claro é quando o professor precisa adaptar uma avaliação para um aluno com transtorno do espectro autista, ajustando o ambiente e os métodos de avaliação, sem contar com o apoio necessário para isso.
- b) A formação continuada dos professores também é um ponto crítico. Muitos docentes relatam não se sentirem preparados para avaliar alunos com necessidades especiais, devido à falta de capacitação específica. É fundamental que as instituições de ensino promovam cursos e workshops sobre inclusão e estratégias de avaliação adaptadas, proporcionando aos professores ferramentas e conhecimentos que os ajudem a enfrentar esses desafios. Ademais, a comunicação com as famílias é essencial no processo de avaliação. Os pais e responsáveis conhecem bem as necessidades e os progressos de seus filhos e podem oferecer informações valiosas para a construção de estratégias avaliativas eficazes. Por exemplo, um aluno com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) pode se beneficiar de avaliações contínuas e informais, ao invés de provas tradicionais que exigem longos períodos de concentração.



- c) Diante do exposto observa-se que muito caminho ainda precisa ser percorrido no que se refere à avaliação de alunos com deficiência. Existem muitos desafios enfrentados por professores em escolas regulares ao avaliar alunos da Educação Especial. A inclusão de alunos com necessidades especiais em escolas regulares é uma prática fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, mas essa inclusão traz consigo uma série de dificuldades que precisam ser superadas para garantir uma avaliação justa e eficiente.

A partir da temática abordada, novas pesquisas podem explorar as práticas avaliativas inclusivas em diferentes níveis de ensino e em contextos diversos, como escolas urbanas e rurais, redes públicas e privadas. Estudos poderiam investigar a formação inicial e continuada de professores no uso de metodologias e instrumentos avaliativos adaptados para alunos com deficiência. Outra vertente de pesquisa seria o impacto de tecnologias assistivas no processo avaliativo e no engajamento desses alunos, considerando o potencial dessas ferramentas em ampliar a acessibilidade e a equidade na aprendizagem.

Por conseguinte, promover a inclusão no processo avaliativo exige um esforço conjunto de todos os atores educacionais, desde o cumprimento efetivo dos dispositivos legais até a transformação das práticas pedagógicas e avaliativas. A avaliação inclusiva não deve ser vista apenas como um requisito legal, mas como uma ferramenta para potencializar o aprendizado e a dignidade de cada aluno, independentemente de suas características e condições. Ao desafiar modelos tradicionais, o educador se torna um agente de mudança, capaz de construir uma escola que não apenas acolhe, mas valoriza a singularidade de todos os seus alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. acesso em 15 de agosto de 2024.

Brasil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. acesso em 15 de novembro de 2024.

BRASIL. MEC. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC, Brasília, 2008. Disponível em: Acesso em: 05 de maio de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 14.040 de 18 de agosto de 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2020-pdf/167131-pcp019-20/file>. acesso em :20 de

Dossiê Alfabetização, Letramento e Educação Especial: Perspectivas da Inclusão na Diversidade Cultural.
Revista Diálogos Interdisciplinares - GEPPFIP, Edição Especial. Aquidauana, v. 4, n. 16, dez. 2024



outubro de 2024

BRASILEIRO, A. M. M.; SOUTO, S. R. de A. **Avaliação no Ensino Superior: um Estudo Exploratório Sobre as Percepções e Emoções dos Alunos**. 8f. Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas – Universidade de Pitágoras, MG. 2018.

Esteban, Maria. Teresa. **Organizadora. Escola, currículo e avaliação** – São Paulo: Cortez, 2003.

FERNANDES SILVA, Edileuza. **Coordenação pedagógica: espaço e tempo de organização do trabalho pedagógico coletivo**: In: VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas (Org.). Avaliação: interações com o trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2017

FERNANDES, Claudia et al. **Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo**. 11 ed. Porto Alegre, 2018.

FERNANDES, Claudia. O, FREITAS, Luiz Carlos. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília: MEC/SEB, 2007.

FREITAS, Luis Carlos de. **Avaliação Educacional; caminhando pela contramão**. 2ª edição – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FREITAS, Luis Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. 11º ed. Campinas, 2012.

HAYDT, R. C. C. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2011.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mito e Desafio: uma perspectiva construtivista**. 41ª.ed., Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARIN, Márcia, Braun Patrícia. **Avaliação da aprendizagem em contextos de inclusão escolar**. **Revista Educação Especial** [en linea]. 2018, 31(63), 1009-1024 [fecha de Consulta 1 de Julho de 2024]. ISSN: 1808-270X. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313158928014>

PAIVA, Carla de. **O processo de avaliação e encaminhamento de alunos com deficiência intelectual para o atendimento educacional especializado**. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) PPGEduc/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar**. Cadernos pedagógicos do Libertad. V.3), São Paulo/SP: Libertad, 1994.



VILLAS-BOAS, Benigna M. de Freitas. **Planejamento da avaliação escolar**. Pró-posições, v. 9, n. 3, p. 19-27, nov. 1998.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **A avaliação na escola**. – Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 77 p.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Avaliação: Interações com o trabalho pedagógico**. Campinas, SP: papiros, 2017.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Conversas sobre avaliação**. 1. ed (org). Campinas, SP: Papiros, 2019.